

REFORMA DA CONFUSÃO

Marcelo Xavier
Da equipe do **Correio**

A reforma da Rodoviária do Plano Piloto pode demorar mais do que o previsto. As obras estão virando palco para uma briga política entre o governo e órgãos de preservação de bens públicos que vêm na reconstrução uma ameaça à estrutura arquitetônica original do prédio tombado pelo Patrimônio Histórico. A demolição, neste fim de semana, de uma laje da plataforma superior pela empresa encarregada, a Soltec Engenharia, foi motivo para novo embate.

O procurador-geral da República em Brasília, Antônio Carlos Bigonha, determinou a instauração de inquérito policial para apurar se houve descaracterização de patrimônio tombado. A Polícia Federal foi acionada e deverá fazer perícia para de-

tectar o nível de destruição da estrutura original do prédio. Se ficar constatado dano ao bem público, os responsáveis podem pegar de seis meses a dois anos de prisão.

O secretário de Obras do governo, Hermes de Paula, afirma que por trás de toda essa agitação está a oposição. Segundo a Secretaria de Obras, a laje estava comprometida e necessitava ser derrubada. "A laje estava com problemas irreparáveis e não se sustentava. Tanto que estava escoradada por perfis metálicos", afirma.

"Não há motivação política. Cabe ao Ministério Público o cumprimento da lei", rebate Carlos Bigonha. O procurador nega as acusações do secretário Hermes de Paula de que a Procuradoria estaria sendo assessorada por um perito, Carlos Magalhães, que teria interesse político no embargo das obras.

Há mais de um mês, Bigonha entrou com ação civil pública na Justi-

Adauto Cruz



Briga do governo com Iphan e IAB ameaça atrasar recuperação da Rodoviária

ça Federal para impedir que o governo execute o projeto de reforma da Rodoviária. Para o procurador, o novo projeto ignora a Portaria 314, de 1992, que disciplina as normas de

preservação de Brasília.

O artigo 7º da portaria, num dos quais Bigonha baseia sua argumentação, estabelece que a "plataforma rodoviária será preservada em sua inte-

gridade estrutural e arquitetônica original." O secretário de Obras garante que a Rodoviária vai ficar igual ao que era. "Vamos apenas acrescentar equipamentos modernos", afirma. A polêmica pode atrasar o cronograma de obras.

Hermes de Paula e o presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Glauco Campelo, sentam hoje à mesa para discutir a continuidade das obras. O Iphan exigiu a suspensão dos trabalhos na plataforma superior devido à demolição da laje.

A reforma da Rodoviária também preocupa o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB). O presidente da entidade, Aroldo Pinheiro, afirma que mesmo se a laje estivesse deformada, não seria necessária a demolição. Segundo ele, técnicas modernas de restauração resolveriam o problema. "É a mentalidade do colonizado. Se fosse um daqueles prédios históricos na

França, nossos intelectuais cairiam em cima", comenta.

Aroldo Pinheiro diz que os responsáveis pela reforma precisariam confirmar por meio de laudo, aprovado pelo Iphan, que a estrutura estava condenada. "É um dano irreparável à estrutura original. Não adianta ir lá e construir uma nova estrutura. Nunca mais será como antes", lamenta.

Enquanto governo e oposição brigam, 400 mil pessoas que circulam diariamente pela Rodoviária sofrem com as obras que se arrastam há quase dois anos. Até outubro — prazo previsto pelo Governo do Distrito Federal para terminar a reforma que vai custar R\$ 12,8 milhões —, a população vai passar por mais sufoco. Os passageiros terão de se adaptar à rodoviária provisória, espaço 10 mil metros quadrados menor do que o habitual para quem usa as linhas de ônibus que saem do terminal.